

**FACULDADE NOSSA SENHORA APARECIDA  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO REGULAR**

**LUCIANA BESSA DE SOUZA**  
**Orientadora: Jacqueline Iglesias**

**APARECIDA DE GOIÂNIA, 2020**

**FACULDADE NOSSA SENHORA APARECIDA  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO REGULAR**

Artigo apresentado em cumprimento às exigências para término do curso de licenciatura em pedagogia sob a orientação da professora Dra. Jacqueline Iglesias.

**APARECIDA DE GOIÂNIA, 2020**

## **DEDICATÓRIA**

A Deus, meu cuidador, que me deu forças para cumprir minha jornada acadêmica. Aos meus filhos, e em especial ao saudoso Vando Teles de Camargo, que me apoiou e me incentivou a continuar confiando em meu potencial.

**FACULDADE NOSSA SENHORA APARECIDA  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**LUCIANA BESSA DE SOUZA**

**INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO REGULAR**

Artigo apresentado em cumprimento às exigências para o término do curso de licenciatura em pedagogia, sob orientação da professora Dr. Jacqueline Iglesias

Avaliado em \_\_18\_\_/\_06\_\_/\_2020\_\_

Jacqueline Iglesias

---

Professora Orientadora

---

Prof. Examinador

**APARECIDA DE GOIÂNIA, 2020**

**Resumo:** O referente artigo tem como objetivo geral compreender o processo de alfabetização da criança com Síndrome de Down, e mostrar qual é o papel da escola na inclusão dessa criança no ambiente escolar. Também se depreende como objetivo específico compreender como professores lidam com o processo de alfabetização da criança com Síndrome de Down no ensino regular. O espaço escolar é um ambiente que propicia um desenvolvimento intelectual, que transforma a vida do aluno e na vida da criança com Síndrome de Down isso não é diferente. Com isso, os professores abarcam uma responsabilidade muito grande em se qualificar, para oferecer um suporte sólido para que as crianças com deficiências também consigam desenvolver suas habilidades cognitivas, como qualquer outra criança. A metodologia adotada será uma revisão bibliográfica, com uma entrevista semi-estruturada de uma professora alfabetizadora de crianças com Síndrome de Down.

**Palavra-chave:** Inclusão escolar, Síndrome de Down; processo de alfabetização.

**Abstract:** This article has the general objective of understanding the literacy process of children with Down Syndrome, and showing the role of the school in the inclusion of this child in the school environment. It also appears as specific objectives to understand how teachers deal with the process of literacy of children with Down Syndrome in regular education. The school space is an environment that promotes intellectual development, which transforms the student's life, and in the life of the child with Down Syndrome this is no different. As a result, teachers have a great responsibility to qualify, to offer solid support so that children with disabilities can also develop their cognitive skills, just like any other child. The methodology adopted in this article happened through a bibliographic review, with a semi-structured interview of a literacy teacher of children with Down Syndrome.

**Keyword:** Inclusion of children with Down Syndrome in regular education.

## 1.Introdução

Este artigo busca compreender o processo de alfabetização da criança com Síndrome de Down no ensino regular, a partir de três vertentes, a começar pelo conceito de Síndrome de Down na perspectiva de Diretrizes de Atenção à Pessoa com Síndrome no que discerne a estimulação dessa criança com Síndrome de Down diante dos estudos. Dando sequência, será apresentada análises sobre a inclusão escolar e qual o papel das escolas e professores no atendimento à criança com deficiência, seguindo será fundamentado por meio de artigos como se dão as práticas pedagógicas no processo de alfabetização das criança com Síndrome de Down.

O questionamento em prol da inclusão e alfabetização da criança com Síndrome de Down se tornou evidente, após experiências ao longo de minha vida acadêmica, algo que sempre contribuiu para uma reflexão acerca de como é a inclusão da criança com Síndrome de Down no ambiente escolar . Diante do exposto, surgiu indagações de como ocorre o processo de alfabetização dessa criança.

Contudo, como essa prática pode contribuir para uma reflexão sobre os métodos e recursos utilizados pelos professores, no sentido de valorizar as práticas pedagógicas no processo de alfabetização da criança com Síndrome de Down, de maneira que os mesmos sintam se capazes de interagirem com os demais alunos que não possuem a Síndrome. E sobretudo, ter um desenvolvimento intelectual satisfatório para que possam participar das aulas tendo a capacidade de expor suas potencialidades cognitivas.

A metodologia deste artigo foi uma pesquisa aplicada em educação com abordagem qualitativa, por meio de uma revisão bibliográfica sobre o tema e entrevista semi-estruturada, com professora que já trabalhou com o processo de alfabetização de crianças com Síndrome de Down.

Quanto os objetivos específicos foram realizados uma busca descritiva em artigos e obras bibliográficas para conhecer e conceituar a História da alfabetização

da criança com Síndrome de Down. Sobretudo, compreender como professores lidam com o processo de alfabetização da criança com Síndrome de Down.

## **1.2. Desenvolvimento**

Conforme Diretrizes (2012), Síndrome de Down ou trissomia 21 é a condição humana geneticamente determinada, é a alteração cromossômica mais comum em humanos e a principal causa da deficiência intelectual na população. O termo “Síndrome” significa um conjunto de sinais e sintomas e “Down” designa o sobrenome do médico e pesquisador, que primeiro descreve a associação dos sinais característicos da pessoa com Síndrome de Down. Essas características não impossibilitam a pessoa com a Síndrome de desenvolver várias atividades:

Vê-se ao longo dos estudos que apesar de possuir um ritmo de aprendizagem mais lento, as crianças portadoras da Síndrome de Down são capazes de superar seus limites e ser alfabetizadas assim como de realizar tarefas do dia a dia com certa independência, porém, precisam de estímulos da família e amigos e profissionais da saúde (PAIVA, 2010, p. 2).

Se tratando da Síndrome de Down, percebe-se o quanto é importante que os estímulos comecem o quanto antes, principalmente nos primeiros anos de vida. Esses cuidados farão toda a diferença na vida das pessoas com a Síndrome de Down, tendo em vista que elas precisam ser acompanhadas constantemente para que possam desenvolver suas competências motoras e cognitivas. Contudo, Pimentel (2009), considera que a Síndrome de Down é um acidente genético, que ocorre no par do cromossomo 21, com a presença de um cromossomo extra. Desse modo, essa afirmação traz uma vertente mais complexa a respeito da anomalia, fazendo desse assunto um estímulo à mais para que pesquisadores e professores continuem buscando mais informações que possam contribuir nos ensinamentos das crianças com Síndrome de Down.

## **1.3. História da descoberta da Síndrome de Down no mundo e depois no Brasil**

Diante de algumas pesquisas é notório que o registro sobre Síndrome de Down é discutido a muitos anos. As Diretrizes de Atenção à criança com Síndrome de Down (2012), aponta que a história da Síndrome de Down teve início em 1966 pelo médico pediatra John Langdon Down, que trabalhava no hospital John Hopkins em Londres, em uma enfermaria que atendiam crianças com deficiências

intelectuais, segundo esta mesma fonte, diante das características como: baixa estatura e déficit intelectual desses pacientes o médico Langdon Down descreveu a Síndrome como “idiotia mongólica”.

O que se observava, é, que as crianças com Síndrome de Down eram consideradas incapazes de adquirirem um raciocínio lógico devido a deficiência intelectual. Enquanto no Brasil, César Cool (1995) revela que em meados do século XX as deficiências ou transtornos eram vistos com poucas possibilidades de intervenções e mudanças educativas. Segundo esse mesmo autor, os testes de inteligências eram genéricos e com isso separavam as crianças que podiam entrar nas escolas regulares das que não podiam frequentá-las. Assim, há uma constatação de que antigamente crianças com deficiências, não tinham seus direitos resguardados por serem consideradas seres incapazes de aprender.

Contudo, Meneses (2001), demonstra que foi elaborado um documento na Conferência Mundial sobre Educação Especial em Salamanca na Espanha, em 1994, no intuito de oferecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social ao lado da Convenção de Direitos da Criança em (1988), e da Declaração sobre Educação para Todos, em 1990.

A Declaração de Salamanca é uma escrita de extrema importância por ser o principal documento mundial, que fez com que as crianças alcançassem direitos de serem incluídas e assistidas pelas comunidades escolares, sobretudo nas reflexões dos gestores sobre suas práticas de inclusão em prol do bom acolhimento dessas crianças. Meneses (2001), manifesta que no Brasil, a Declaração de Salamanca aumentou o conceito nas práticas de inclusão das necessidades especiais para crianças que não conseguiam ingressar nas escolas devido a deficiência. Diante disto, as escolas passaram a oferecer a inserção aos alunos que possuíam deficiências temporárias ou permanentes<sup>1</sup>.

#### **1.4 Legislação Leis de Diretrizes e Bases da Educação Básica – 9.394/1996**

---

<sup>1 1</sup> A deficiência temporária é aquela que quando tratada, o aluno (a), pode voltar às aulas normalmente, mas, enquanto isso podem precisar de adaptação dos materiais didáticos. Enquanto a deficiência permanente, essa não existe cura, mas, os alunos precisam sempre de adaptações tanto nas estruturas escolares quanto nos materiais didáticos.



O direito a educação também é garantido mediante a Constituição Federal de 1988 e com Lei nº 9.394/96 em seu capítulo V que garante a inserção da criança com necessidades especiais nas escolas regulares de ensino, o que traz uma nova ideia de entender a educação e a agregação da criança com deficiência.

Bom como consta na Constituição Federal –LDB (1996):

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos necessitados especiais:

- I. Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender suas necessidades;
- II. Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III. Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como os professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV. Educação especial para o trabalho, visando sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no mercado de trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora;
- V. Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Dessa forma, a inclusão destas crianças nas escolas contribuiu bastante para que os gestores refletissem sobre desenvolvimento pedagógico, em prol dos atendimentos escolares das crianças com deficiências, sobretudo, na inserção e permanência dos mesmos nos recintos educativos.

### **1.5 Síndrome de Down e o processo de Inclusão Escolar**

A educação traz vários benefícios para o ser humano e para a criança com Síndrome de Down isso não é diferente, o ambiente escolar é uma conexão que leva o aluno com Síndrome de Down a conquista da sua autonomia tanto motora quanto intelectual. Algum tempo atrás não se acreditavam que as crianças com Síndrome de Down eram capazes de desenvolverem suas habilidades cognitivas como: memória, coordenação motora, percepção e atenção porque nasciam com uma deficiência intelectual.

Com o passar do tempo, os pesquisadores perceberam que crianças com Síndrome de Down mesmo com deficiências intelectuais, podiam desenvolver suas habilidades cognitivas de forma gradual desde que fossem acompanhadas por uma equipe multidisciplinar, composta por cardiologistas, fonodialogistas, nutricionistas e sobretudo, os familiares e comunidades escolares. Essa união é de extrema importância no desenvolvimento intelectual das crianças com Síndrome de Down.

César Cool (1995), demonstra que a inclusão de crianças com deficiências em escolas no Brasil acontecem desde 1950. Nessa época, surge a concepção de que a deficiência pode ser motivada por falta de estímulos adequados ou processos de ensinamentos incorretos, aumentando o auxílio de uma intervenção profissional como de um psicólogo. Com isso, a inserção da criança na escola não foi bem sucedida. Tendo em vista que os ambientes escolares não ofereciam estruturas necessárias para recebê-las, ou seja, a criança era acolhida na escola e com isso devia se adequar a instituição.

Por consequência, o fracasso escolar foi inevitável, porque as crianças com deficiências, como era de se esperar, não conseguiam se adaptar a escola pela falta de estruturas (estímulos), sobretudo, não permaneciam no ambiente escolar tornando ainda mais difícil o processo de ensino e aprendizagem.

No entanto, hoje no Brasil existem escolas totalmente preparadas para receber crianças com deficiências seja essa deficiência severa ou não. Neste caso, existe APAE- Associação de pais e Amigos dos excepcionais.

Segundo Fidelis (2007), A APAE é um movimento que surgiu no Brasil necessariamente no Rio de Janeiro no dia 11 de dezembro de 1954, esse movimento ocorreu no Brasil com a chegada de Beatrice Bemis, membro do corpo diplomático norte - americano e mãe de uma criança com Síndrome de Down. Como nos Estados Unidos haviam várias associações de pais e amigos conhecidas como APAE. Devido os bons exemplos de Beatrice um grupo contendo pais, amigos, professores e médicos resolveram fundar a primeira associação de pais e amigos excepcionais-APAE no Brasil, a primeira reunião aconteceu em março de 1955, na sede da sociedade Pestalozzi do Brasil. Para Fidelis (2017), ainda aponta que o

movimento expandiu para outras capitais e hoje após cinquenta e três anos são mais de duas mil associações (APAE) distribuídas pelo Brasil.

## **2 .Paralelo a criação dessas instituições, a escola regular no Brasil inclui crianças com Síndrome de Down.**

Na atualidade, houve um avanço no processo inclusivo, em que as escolas tiveram que se adaptar aos alunos com deficiências e não os alunos se adaptarem à escola. Na visão de Carvalho (2005, p.53), “nos dias atuais, cabe à escola buscar propostas efetivas de inclusão, desde que haja um trabalho em conjunto com os próprios excluídos, dos demais agentes da escola e a sociedade para que haja eficiência no acolhimento”.

Inclusão é um ato de guarida de pessoas sem exceções, são formas de socializar sem excluir, de inserir na sociedade pessoas que possuem alguma deficiência sobretudo, dar oportunidades para que todos sintam se iguais perante o outro. Porém, para que esse acolhimento aconteça é preciso que haja um investimento em políticas públicas, distributivas voltadas a educação que visem a qualidade das escolas e que capacitem os professores para que a inclusão seja eficaz. De acordo com Artigo 58 da LDB- Lei nº 9394/ 96:

A organização da educação, segundo a LDB, o artigo 58, classifica a educação especial como modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente, na rede de ensino regular de ensino para educando portadores de necessidades especiais”.

Contudo, crianças com Síndrome de Down são capazes de desenvolver suas capacidades cognitivas mesmo com suas limitações, desde que, sejam bem estimuladas.

De acordo com Mustach (2009), para que a criança chegue a uma determinada fase do desenvolvimento, ela precisa ser estimulada. Isso se aplica a todas as pessoas com ou sem Síndrome de Down. Sobretudo no acompanhamento familiar e escolar, tendo em vista que a criança com Síndrome de Down possuem uma anomalia genética. Mediante isso, é de extrema importância que essas crianças

sejam bem assistidas por todos à sua volta, apoiando e conduzindo a mesma a conquistar a sua autonomia que facilitará toda sua vida.

Nesse meio tempo, as escolas têm disponibilizado ofertas de inclusão, porém, resta saber se essas inserções são satisfatórias para receber pessoas com deficiência. Segundo Figueira (2014), considera que ao se falar em deficiência deve se pensar no quanto aumentou a população de pessoas com alguma deficiência no Brasil em vista de anos atrás. Segundo esse mesmo autor, menciona que em pesquisa realizada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, constatou que existe no Brasil cerca de 46,5 milhões de deficientes e com esse crescimento houve uma mudança no sistema de inclusão, em que deixaram de ser desprotegidos passando a ser público alvo, exigentes dos bons serviços de educação.

Desta forma, não basta acolher, é preciso oferecer um ensino de qualidade que ofereça inclusão nas políticas de trabalho, instruir os discentes com limitações a construir seus próprios conhecimentos como qualquer outra pessoa e que tenham seus direitos respeitados.

Para tal trabalho necessita-se de um professor capacitado, como destaca Melo (2013):

O professor- alfabetizador é peça importante no processo de formação de seus alunos com Síndrome de Down e é a partir dele que aparecem os questionamentos, as dificuldades e as respostas. Ele desperta em seus alunos o interesse em aprender e vencer os obstáculos emergentes ao longo do processo de aprendizagem. Para que isso aconteça, o professor tem que estar preparado, tem que se envolver e acreditar na alfabetização de crianças com Síndrome de Down, enfrentando os desafios pedagógicos suscitados pela diversidade dos alunos. ( MELO, 2012, p. 112).

Esse cuidado da escola e educadores na alfabetização de crianças com Síndrome de Down é relevante na vida dos alunos e principalmente na inserção do mesmo na sociedade. Sendo assim, a escola tem o dever de preparar o aluno para se relacionar com as pessoas e se posicionar sobre suas ideias e falar sobre suas emoções. Segundo Farias et al. (2013), um importante passo na vida de qualquer pessoa, e em especial a com Síndrome de Down, é a alfabetização. Um novo

mundo de informações surge possibilitando independência em suas atividades, trazendo assim mais autonomia ao limitado.

Ao ser alfabetizada, a criança recebe um suporte muito eficiente que irá impulsioná-la a ter uma ótima jornada escolar. Com isso, é muito importante que os professores estejam bem preparados para oferecer o suporte imperioso que os alunos necessitem neste momento. Miranda (2012), mostra que a formação continuada em contexto profissional deve ter como foco as diferentes situações que constituem o ato educativo, a análise das práticas docentes e a criação de espaços para a meditação coletiva, esforçando-se sempre, para criar na escola a crença de que é possível pensar soluções para as questões do dia a dia.

Ainda assim, educadores tem um desafio muito grande na alfabetização da criança com Síndrome de Down. Porque cabe a ele inserir o aluno em um mundo crítico em que toda criança tem direito de estar.

Para que as crianças com Síndrome de Down tenham condições de serem alfabetizadas, elas precisam de ser amparadas por professores aptos, que possam acompanhar as potencialidades e dificuldades dos mesmos. Sobretudo, respeitar o tempo de cada criança, e com isso desenvolver a melhor forma de inserir essa criança no contexto escolar.

Levando em conta que o aprendizado é favorável quando o ambiente é lúdico, é óbvio que esse processo quando utilizado de forma planejada auxiliará de forma grandiosa os professores no processo de alfabetização. Segundo Silva:

Desde o nascimento o ser humano busca construir novos conhecimentos e isto ocorre, observando, tocando, experimentando. É um jogo de busca de conhecimento onde tudo é possível. O lúdico está presente na atividade humana e caracteriza-se por ser espontâneo (SILVA, 2016, p. 06).

Diante disto, o aluno com Síndrome de Down pode sentir-se incluído no grupo escolar desenvolvendo sua socialização de forma natural. Sobretudo, o professor preparado para trabalhar com a educação especial, estará sempre pronto a mediar de forma segura a criança com Síndrome de Down ao devido conhecimento.

## 2.1 Sujeito de Pesquisa

Este artigo conta com a participação de uma pedagoga, pós-graduada em psicopedagogia, que já atuou na alfabetização de crianças do ensino regular em escolas de Aparecida de Goiânia - GO. Esta profissional de Educação possui experiência na alfabetização de crianças com Síndrome de Down.

## 2.2 Descrição do Questionário

As observações teve como mecanismo um questionamento com dez perguntas, sendo todas discursivas, em que a professora entrevistada destaca suas experiências e desafios em sala de aula como alfabetizadora de crianças com Síndrome de Down.

## 2.3 Entrevista

<b>Pergunta</b>	<b>Por que escolheu ser professora? Após a graduação fez alguma especialização?</b>
<b>Resposta</b>	Para dar início a entrevistada foi questionada sobre o que a levou trabalhar com alfabetização. A mesma replica: que “desde que era pequena já queria ser professora. Até brincávamos de escolinha e eu sempre era a professora. Depois da graduação fiz especialização em psicopedagogia. Essa pergunta foi feita no intuito de analisar como a professora se expressa por meio de suas escolhas, tendo em conta que não basta querer ser alfabetizador! O educador precisa entender a complexidade de alfabetizar, e ter o compromisso de estar sempre se especializando. Diante disso, percebe-se que a entrevistada teve o interesse de buscar novos conhecimentos devido a especialização que fez após a sua graduação.
<b>Pergunta</b>	<b>Como ocorre o processo de alfabetização da criança com Síndrome de Down na instituição que você trabalha?</b>
<b>Resposta</b>	Quando questionada sobre o processo de alfabetização da criança com Síndrome de Down, a professora responde que: “o processo de alfabetização acontece a todo o momento, da hora que a criança entra na instituição até a sua saída. No brincar, em suas curiosidades, e sempre com orientação e apoio de suas professoras”. Isto demonstra que há um respeito com a integração da criança, pois, é nesse momento que a mesma constrói o seu desenvolvimento humano.

<b>Pergunta</b>	<b>Descreva um pouco da rotina do seu trabalho, principalmente com a criança com Síndrome de Down.</b>
<b>Resposta</b>	Terceiro passo, foi pedido que a alfabetizadora descrevesse um pouco sobre o seu dia a dia no trabalho. Diante disso, ela respondeu: “O atendimento que faço com a criança no período vespertino. Chego depois do repouso dela. Tem o lanche que acontece no refeitório, que fica no pátio, e depois voltamos para a sala, onde acontecem as atividades. As atividades propostas são de acordo com o processo de aprendizagem da criança. Tem dias que a criança está agitada, nervosa, só querendo brincar, não querendo fazer suas atividades. Quando isso acontece, respeitamos suas limitações e dificuldades. Observamo-la na hora do brincar, orientando e conduzindo a todo o momento nas brincadeiras, pois a criança também está no processo ensino aprendizagem”. Fica evidente o quanto é importante o planejamento diário para que a criança tenha noção de organização que a conduzirá por toda sua vida.
<b>Pergunta</b>	<b>Há uma proposta curricular norteadora do trabalho com os alunos com Síndrome de Down? Em que você se apoia para organizar seu trabalho?</b>
<b>Resposta</b>	Em sequência, foi solicitado que alfabetizadora comentasse sobre as propostas curriculares da instituição que já lecionou: a educadora diz que “sim. Não tem uma cartilha certa, mas dicas importantes para que aconteça a aprendizagem. O ponto de partida sempre é a criança. O seu processo de aprendizagem é único. Não tem como o educador trabalhar sozinho. Desenvolvemos um trabalho em conjunto com profissionais capacitados”. Sem sombras de dúvidas, para que a prática educativa tenha êxito é preciso que ela seja subsidiada pelas propostas curriculares. Principalmente na democratização, é mediante a colaboração de todos os envolvidos que o processo de ensino se torna eficiente.
<b>Pergunta</b>	<b>O que você faz para conhecer seus alunos?</b>
<b>Resposta</b>	A entrevistada diz que por meio de parcerias com as famílias, profissionais de saúde. Profissional do atendimento educacional especializado (AEE) nesse processo de desenvolvimento. A interação com a família do estudante é uma forma que o professor tem para descobrir a potencialidade do aluno, e com isso desenvolver seus métodos educativos se utilizando da realidade do discente.
<b>Pergunta</b>	<b>Do seu ponto de vista, o corpo docente de sua instituição está preparado para receber a criança com Síndrome de Down? Diante da formação continuada, como você enxerga as especializações em prol da educação inclusiva?</b>
<b>Resposta</b>	Diante da pergunta, a educadora diz que “sim. São pessoas capacitadas que respeitam a diversidade, os limites e dificuldades das crianças”. A mesma expressa: “que é muito importante saber e entender o indivíduo com suas diferenças e diversidades. Saber que é um ser capaz de uma convivência mais

	sólida e humana na escola e na sociedade”. Cabe ressaltar o quanto é vital a constante busca pelo conhecimento, tendo em vista que é por meio da mediação do professor que o aluno vai se orientar a compreender o universo ao que pertence.
<b>Pergunta</b>	<b>O que você entende por avaliação? Como você avalia seus alunos com Síndrome de Down?</b>
<b>Resposta</b>	Em seguida, a pedagoga foi sondada a responder o que entende por avaliação! A mesma relata que “é sobre o processo sistematizado onde registra os resultados obtidos em relação às metas alcançadas estabelecidas previamente. E sobre a avaliação, a professora relata que é feita através de registros diários de observação. Onde se registra os avanços e retrocessos da criança e suas intervenções.” Avaliação é primordial no acompanhamento do aluno, pois é por meio dela que o professor identifica os erros e acertos em relação ao que foi planejado, se orientando a buscar novas medidas se por acaso falhar em suas ações como mediador.
<b>Pergunta</b>	<b>Quais são os maiores desafios e dificuldades que você enfrenta na dia a dia como alfabetizadora? Quais estratégias utiliza para superá-las? Você recebe algum apoio na escola para enfrenta-los?</b>
<b>Resposta</b>	“A falta de AEE e materiais apropriados para serem trabalhados com a criança. Foram confeccionados jogos adaptados para trabalhar com criança. Sim, os materiais para a confecção de jogos. Nessa resposta fica explícito a dificuldade que as escolas tem de alfabetizar por não terem os materiais pedagógicos adequados. Entretanto, há uma conscientização dos professores em proporcionar materiais adaptativos por meio de recursos recicláveis. Atitudes como essas mostram que não basta ter vocação na profissão, é mais que isso, o educador além de estar sempre buscando se especializar, ele ainda precisa driblar a falta de recursos que facilitaria todo seu trabalho como alfabetizador.
<b>Pergunta</b>	<b>Em sua opinião, qual é o papel da escola e professores na inclusão escolar? E o que deve ser feito para que essa inclusão seja eficiente?</b>
<b>Resposta</b>	“A equipe pedagógica deverá promover ações de inclusão verdadeira das diferenças, inclusive entre os professores”. Conhecer o Estatuto da Pessoa com Deficiência e leis correlatas. Estabeleça políticas inclusiva. Conhecer o aluno integralmente. Investir na qualificação profissional. Fomente um ambiente de cooperação e livre de preconceitos. Utilize recursos multifuncionais e tecnologia. Realize adequações nas instalações. Diante, disto, é primordial que toda comunidade escolar esteja preparada para dar o suporte que a criança com deficiência necessita. Somente com esse cuidado a inserção será satisfatória.



## 2.4 Análise da Entrevista/ Processo de alfabetização

As experiências trazidas pela entrevistada estão relacionadas com todos os estudos abordados no decorrer deste artigo, onde evidencia que o processo de alfabetização da criança com Síndrome de Down acontece a todo momento, no brincar e em suas curiosidades, e sempre com a orientação constante dos educadores. Sobretudo, nas propostas curriculares que é uma dica muito importante, mas, que o ponto de partida é o próprio aluno. Outro ponto não menos importante é a avaliação contínua que é um processo sistematizado tendo como centro os resultados obtidos em relação as metas alcançadas.

Seja na forma que a criança com Síndrome de Down aprende, seja na interação da mesma no espaço onde está inserida e principalmente na forma de acolhimento dessa criança. Ou seja, as evidências que este estudo comprova é que para as crianças com Síndrome de Down, desenvolver suas competências cognitivas precisam estar num ambiente adequado, nesse caso o escolar, que ofereça um suporte muito rico de interação, socialização e um acompanhamento constante dos professores e todos os envolvidos no processo de escolarização. Porque são esses cuidados de inserção que fará dessas crianças, seres mais capacitadores de suas autonomias. Contudo, afirma Batista (2015):

O plano de intervenção pedagógica está presente em uma multiplicidade de proposições que têm sido identificadas com atendimento educacional especializado em educação especial. A oferta de apoio especializado em momentos precoces de escolarização tende a constituir uma base inicial, criando oportunidades que fazem diferença no modo como as crianças com deficiência vivem. (BATISTA, 2015, p.11).

Sendo assim, cabe aos agentes escolares e professores se especializarem para oferecerem um ambiente escolar com boas estruturas como: professores qualificados, materiais adaptados para que as crianças com deficiências possam ter as mesmas condições de adquirirem o conhecimento como outras crianças que não possuem deficiência.

### **3.Considerações finais**

Assim, este permitiu analisar que a inserção das crianças nas escolas regulares é de grande relevância no quadro escolar, pois os agentes educacionais que compõe as equipes estão constantemente se preparando para receber uma criança com Síndrome de Down, bem como superar os desafios que é alfabetizá-la.

Dessa forma, mesmo não tendo alguns suportes, como equipes multidisciplinares e materiais de apoio nas escolas, é notório o empenho no quadro de gestores no processo de ensino das crianças no ambiente educacional.

A escola é um espaço de inclusão que apresenta ao aluno a socialização, pois se trata de um local onde os discentes aprendem a conviver com as diferenças, com isso, a escola possui um papel primordial no desenvolvimento do ser humano. Ou seja, trata-se de um lugar em que não apenas adquire o conhecimento em si, mas também prepara o sujeito para viver em comunidade tendo a capacidade de expor suas ideias e exigir seus direitos como cidadãos.

Uma vez que a comunidade escolar dentro de suas funções, buscam identificar as causas e os problemas que afetam a inclusão dos educandos especiais nas escolas e se posicionem de forma a solucionar essas lacunas, é evidente que mais alunos com deficiência terão a oportunidade de adquirirem um aprendizado eficiente.

Sendo assim, faz-se necessário uma comunhão entre todos envolvidos nas escolas, para que os estudantes deficientes tenham sempre uma educação de boa qualidade, para que assim se tornem mais autônomos e reconhecedores dos seus direitos. Visando assim uma vida transformadora pela educação.

### **Referências bibliográficas**

AMANDA GOMES DA SILVA. Atividade lúdica; Contribuições para a Educação das crianças com Síndrome Universidade Federal da Paraíba. Centro educacional de Psicopedagogia. João Pessoa/PB. 2016.

ANTONILMA SANTOS; PIMENTEL. Síndrome de Down: desafios e perspectivas na inclusão escolar. **Scielo Books**. P. 303-312| Edulfa, 209.

BARBY, ANA APARECIDA DE OLIVEIRA MACHADO; GUIMARÃES, SANDRA REGINA KIRCHNER, VESTENA, CARLA LUCIANE BLUM. A construção da Escrita em crianças com síndrome de Down incluídas em escolas regulares. **Revista Educação Especial** | v. 30 | n. 57 | p. 219-234 | jan./abr. 2017.

BEATRIZ SOUZA; PÉRSIDA MIKI. História da associação de pais e amigos dos excepcionais. **Revista EPPAC**|p.6|set|2017.

CARVALHO, Rosita.Euler, Educação Inclusiva com os pingos nos is.Porto Alegre: **mediações**, 2005.

COOL, CÉSAR; PALACIOS,JESÚS; MARCHESI, AIVARO ( org). Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Vol. 3. Porto Alegre, RS: **Artmed Editora**, 1995.

DIRETRIZES de atenção à pessoa com Síndrome de Down: Comunicação e Educação em saúde. 01-edição.Brasília-DF,2012. **EDUCA**-LEI nº8.069 de junho de 1990 encontrado em <https://jusbrasil.com.br>topicos>. Acesso em 21/10/2019.

EBENEZER TAKUNO de MENESES. 2001 Visto em: <https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/> Acesso em 13/05/2020..

EMANUEL, HENRIQUE; FARIAS, SILVA; VIANA. Jogo de movimentos para alfabetizar crianças com síndrome de Down. **Revista Anual do SBIE**. Vol. 05| p.1/10| 2013.

EMÍLIO FIGUEIRA, Comunicação social inclusiva,Editora **Folha digital**, São Paulo, 2012.

ESPANHA. Declaração de Salamanca Confederação Mundial sobre necessidades especiais, 1994. Visto em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

JOSIMAR ALVES. Alfabetização e Letramento de Crianças com Síndrome de Down. **Revista eletrônica File**.p 01. 2009.

MUSTACH.Guia do bebê, com Síndrome de Down, z. Companhia **Editora Nacional** Associação mais 1 São Paulo/SP-2009.

TEREZINHA GUIMARÃES ; TEÓFILO Alves. EDULFA G.P. O professor e a **Educação Inclusiva**: Formação, práticas e lugares. Universidade Federal da Bahia, Salvador,2012.